

Ulysses já admite hipótese de vitória do parlamentarismo

Janio de Freitas

No palco errado

A tarefa a que se entregam todas as principais lideranças da Constituinte, desde que o ministro do Exército estabeleceu que a nova Constituição seja feita pelo método da ordem unida, é a de condicionarem-se aos desejos associados do presidente Sarney e do general Leonidas Pires Gonçalves, salvando, simultaneamente e pelo menos razoavelmente, as próprias aparências. Claro que adequando condicionamento as aparências aos seus projetos políticos pessoais.

Nesta semana decorrida desde que o general surpreendeu o país com seus dotes de constitucionalista, o nível de dignidade pessoal e de compostura política desceu, entre as lideranças mais salientes da Constituinte, aos momentos de maior acomodamento do Congresso às pressões do regime militar.

O que convém ao país, as aspirações da sociedade, os compromissos, as consequências da pusilanimidade sobre o futuro brasileiro — nada disto parece ter o menor significado. A questão do regime sob o qual serão ditados e conduzidos os destinos do país deixou de ser tema de debate: tornou-se objeto de leviandade. Trata-se das lideranças do PMDB e do PFL que se Sarney fosse ficar no poder por mais de dez ou vinte anos, e não por mais um ou dois anos.

Cada vez mais inescrutável na contradição entre sua postura de pessoa séria e a incapacidade de ter posição definida e clara no que quer que seja, tenta o senador Marco Maciel montar, sob o nome de regime, uma daquelas saladas cujos ingredientes são indistinguíveis, mas cujos efeitos intestinos são de fácil previsão. O senador José Richa, com o apoio mal confessado do senador Mário Covas, quer nada menos do que dois regimes, um para atender

ao presidente Sarney como uma chupeta; outro, com ares de coisa para adulto, a ser introduzido com o futuro presidente.

O deputado Ulysses Guimarães tem a sem-cerimônia de propor um parlamentarismo em que o presidente fica com todos os poderes próprios do presidencialismo. E, para engambelar os de sempre, cria-se um primeiro-ministro para desempenhar as funções que são de ministro da Justiça (embora não sejam exercidas por Paulo Brossard, que da pasta só tem a alça) e chefe do Gabinete Civil. Encenações destas, na Constituinte, pertencem ao gênero que deu celebridade a nomes como Piolim, Carequinha, Arrelia. Só que estes tinham a decência de usar o palco certo.

O senador Fernando Henrique de via ler o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, no tempinho disponível entre um e outro esforço, para livrar a face dos olhares fardados através da narrativa, para jornalistas, de versões em que fatalmente o senador "adverte" que "há haver problema", "propõe" a fórmula intermediária e coisas assim. Fernando Henrique só ganharia se lesse os artigos de Fernando Henrique demonstrando aos políticos que o papel das Forças Armadas precisava ser encarado com seriedade e soberania ou, do contrário, o Brasil não se encaminharia à democracia. Salve, nesta arena, o gesto do deputado Bernardo Cabral, que se recusa a ser o modificador do texto, de sua autoria, sobre a função das Forças Armadas. Não precisa mesmo desgastar-se mais: a seu lado há senadores ansiosos por atender ao general comandante da Constituinte. Ou, a depender das citadas e de algumas outras grandes lideranças, do que se vai transformando em simulacro de Constituinte.



Ulysses (esq.) e Sarney no embarque do corpo do deputado Alair Ferreira

Da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, trabalha na expectativa de vitória do parlamentarismo na Comissão de Sistematização. Um indicador da hegemonia dos parlamentaristas entre os 93 integrantes da comissão é a afirmação do mais próximo assessor de Ulysses, o jurista Miguel Reale Jr.: "Na Sistematização, ganha o parlamentarismo. Mas no plenário vence o presidencialismo parlamentarizado."

Pelos cálculos do senador Fernando Henrique Cardoso, um dos relatores-adjuntos da Sistematização, os parlamentaristas são maioria na comissão. Apenas os constituintes do PMDB e do PFL somam 43 votos a favor do parlamentarismo. Para alcançar a maioria dos 47 votos, somam-se dois representantes do PDS, dissidentes do PTB e os constituintes do PCB, PC do B, PL e PSB, que são parlamentaristas.

Apesar da ofensiva desencadeada pelo presidente José Sarney nos últimos dias em favor do presidencialismo, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) diz que os parlamentaristas são "maioria franca" na Sistematização. A maioria dos inte-

grantes da comissão é favorável a um sistema híbrido, como o defendido pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Por essa proposta, o presidente da República é eleito pelo voto direto, mas a chefia do governo é do primeiro-ministro, que é indicado pelo presidente e aprovado pela Câmara.

A articulação do grupo parlamentarista está dando sustentação ao relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), para que mantenha o sistema parlamentarista no texto da nova Constituição. Mesmo que sejam apresentadas emendas pró-presidencialismo para seu substitutivo, Cabral disse que só vai aceitar propostas que representem grupos.

Se o grupo de parlamentaristas da Sistematização endossar a proposta do grupo parlamentarista, que encaminhou a emenda do senador Carneiro, Cabral altera seu texto. "O grupo está trabalhando para evitar um confronto", disse.

Tanto Cabral quanto Cardoso são contrários ao sistema "puro" que consta do projeto da nova Constituição. Ambos participaram ontem de um almoço na residência do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), onde foi acertada uma posição consensual do grupo parlamentarista. "Toda a concepção da Constituinte é parlamentarista", disse Cardoso, que se mostra convencido de que o presidencialismo é uma opção afastada nesta fase dos trabalhos do Congresso constituinte.

(Rita Tavares)

Constituintes levam proposta a Sarney

Da Sucursal de Brasília

O grupo parlamentarista do Congresso constituinte vai apresentar ao presidente Sarney uma proposta de sistema parlamentarista com mecanismos que tornem gradual a sua implantação. Os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e José Richa (PMDB-PR) e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) serão os porta-vozes do grupo junto a Sarney. A decisão resultou de um almoço no apartamento de Cid Carvalho, que reuniu cerca de quarenta constituintes parlamentaristas, inclusive o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O grupo apoiou a emenda do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que estabelece um sistema parlamentarista com eleição direta para a Presidência da República. O primeiro-ministro será o chefe de governo e o presidente o chefe de Estado. Embora indicado pelo presidente, o primeiro-ministro terá de ser aprovado pela Câmara dos Deputados. O presidente poderá indicar dois nomes, em vez seguidas, à Câmara. Se nenhum dos dois nomes for aprovado, a Câmara indicará o terceiro nome.

"Os defensores do sistema puro abrem mão em favor do sistema híbrido", disse o senador Fernando Henrique Cardoso. A grande arma para a negociação com Sarney é a possibilidade de implantação gradual do sistema. Mesmo assim, a atual competência do presidente seria mantida numa primeira fase.

Cid Carvalho deu um exemplo deste gradualismo: no início, o presidente escolhe o primeiro-ministro e não precisa submetê-lo à aprovação da Câmara, podendo demitir-lo a qualquer hora. Numa segunda etapa, o presidente submete a nomeação ao Congresso e, por fim, há uma clara separação entre as competências do presidente e do primeiro-ministro.

Participaram, ainda, do encontro o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), e os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Victor Faccioni (PDS-RS), Fernando Santana (PCB-BA), Nelson Jobim (PMDB-RS), Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e o senador José Fogaça (PMDB-RS).

Sarney quer presidencialismo e Legislativo forte, diz deputado

Da Sucursal de Brasília

O deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), centro, afirmou ontem, após audiência com o presidente José Sarney no Palácio do Planalto, que o presidente está tranquilo quanto à aprovação de um presidencialismo onde o legislativo recupere prerrogativas e possa dividir, muito mais do que hoje, a responsabilidade de governo. O presidente, segundo o deputado, voltou a defender a possibilidade de o Congresso Nacional convocar e aprovar moções de censura a ministros de Estado e legislar sobre matéria financeira, dentro desta fórmula presidencialista que vem pregando. O deputado informou que a proposta está sendo encaminhada

pelo líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

O líder do PFL, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), centro, comunicou ao presidente que um grupo de parlamentares do partido está apresentando emenda instituindo o parlamentarismo "puro", a ser implantado logo após o término do mandato de Sarney e também nos Estados, quando terminasse o mandato dos atuais governadores.

O senador afirmou que este parlamentarismo a ser proposto seria de forma clássica, com dissolução do Congresso e presidente apenas como chefe de Estado. A única diferença seria de que no primeiro mandato o presidente seria eleito diretamente.

Deputado Alair Ferreira morre de infarto

Da Sucursal de Brasília

Morreu ontem, de infarto do miocárdio, segundo laudo médico fornecido pelo Instituto Médico Legal, o deputado Alair Ferreira (PFL-RJ). A morte do deputado ocorreu entre 7h e 8h, e seu corpo foi encontrado por funcionários do hotel Nacional, de Brasília, onde estava hospedado. Alair Ferreira, 66, era economista e industrial, e pai de três filhos. Aos 17h20, seu corpo foi levado para a Base Aérea de Brasília, de onde foi

transportado para a cidade de Campos (RJ), num Boeng 737 da Força Aérea Brasileira. O enterro do deputado será às 9h de hoje.

Alair Ferreira estava em seu oitavo mandato como deputado federal. Eleger-se pelo extinto PSD em 1958 e 1962; em quatro eleições sucessivas pela Arena (1966, 70, 74 e 78); depois, pelo PDS em 1982, e no ano passado pelo PFL, quando obteve 27.020 votos. Em seu lugar assume Nelson Sabra (PFL-RJ).

Blocos se dividem em 6 grupos diferentes

JOÃO BATISTA NATALI
Enviado especial a Brasília

Os defensores do parlamentarismo e do presidencialismo, no Congresso constituinte, estão longe de formar dois blocos com intenções homogêneas. Além da salada ideológica que os caracteriza, com inimagináveis alianças entre progressistas e conservadores, cada bloco se subdivide em três grupos, fragmentados com a seguinte configuração:

1 — Presidencialistas "palacianos": são basicamente os porta-vozes oficiais ou oficiais dos interesses do presidente Sarney, cujos poderes seriam amputados com a mudança da forma de governo. Estão, entre eles, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Prisco Viana (PMDB-BA).

2 — Presidencialistas convictos: acreditam que as instituições republicanas foram de tal maneira moldadas pelo sistema presidencial que qualquer modificação na tripartição de poderes — entregando-se uma parcela do Executivo ao Congresso — bloquearia os mecanismos de decisão, e mergulharia o país em crises cíclicas. São exemplos desse mínimo denominador comum o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e os deputados José Genoino (PT-SP), Milton Reis (PMDB-MG) e Delfim Neto (PDS-SP).

3 — Presidencialistas por interesse: encontram-se, nessa qualificação, os candidatos à sucessão presidencial e seus fiéis seguidores. Na eventual-

AS PROPOSTAS DE GOVERNO			
Plenário	Arinos	Ulysses	Grupo parlamentarista
Presidencialismo com o Poder Legislativo fortalecido. Não existe primeiro-ministro nem Conselho de Ministros. Os ministros, porém, podem receber moção de censura do Congresso. O presidente deve substituí-los. Os ministros militares não podem receber censura do Congresso. Proposta defendida, no Congresso constituinte, pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e pelo deputado Prisco Viana (PMDB-BA)	Parlamentarismo "puro". Conforme a proposta defendida pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ) incluído no substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O governo é exercido pelo primeiro-ministro, que age com base no Congresso Nacional. O presidente mantém a função de chefe de Estado, mas perde praticamente todos os seus poderes. A moção de censura atinge a todos os ministros	Presidencialismo "mitigado", de acordo com a proposta elaborada pelo jurista Miguel Reale Jr. O presidente da República é o chefe de Estado e de governo. O Congresso, porém, elege um primeiro-ministro, que será uma espécie de mediador entre o Executivo e o Legislativo. Ele poderá opinar sobre a indicação de ministros e terá, formalmente, a função de "coordenar a ação do governo". Todos os ministros estão sujeitos ao voto de censura	Proposta feita pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) e apresentada por Nelson Carneiro (PMDB-RJ). É parecida com a proposta de Arinos, mas fortalece o papel do presidente (que continua, porém, limitado à função de chefe de Estado). A principal diferença é quanto à forma de aprovação do primeiro-ministro pela Câmara. O presidente pode indicar dois nomes, em vez sucessivos, para aprovação. Se os nomes forem recusados, a Câmara fará a indicação

idade de se instalarem no 4º andar do Palácio do Planalto, não gostariam que suas atribuições fossem compartilhadas por um primeiro-ministro aprovado pelo Congresso. Trata-se, por exemplo, do senador Marco Maciel (PFL-PE) ou de Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), ou ainda de toda a bancada do PDT, obviamente atrelada aos projetos eleitorais de Leonel Brizola.

4 — Parlamentaristas ortodoxos: o grupo é numericamente reduzido, mas discorre sobre a forma de governo optada com comovimento religiosidade. Atribui ao presidencialismo todos os desvios autoritários da história republicana, nele também identificando a fonte de desmandos e corrupção. São, basicamente, os se-

nadores Afonso Arinos (PFL-RJ), Nelson Carneiro (PMDB-RJ), José Fogaça (PMDB-RS) e Carlos Chiarelli (PFL-RS) e os deputados Victor Faccioni (PDS-RS) e Pimenta da Veiga (PMDB-MG).

5 — Parlamentaristas anti-Sarney: é sintomático que a discussão sobre a duração do mandato do presidente tenha diminuído quando os constituintes passaram a discorrer sobre a forma de governo. A causa está justamente nesse grupo. Em lugar de um mandato de quatro anos para o presidente, a aprovação do parlamentarismo reduziria em verdade seu mandato para três, já que sua complementação se faria com atribuições bem mais limitadas. O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), e os

senadores Afonso Camargo (PMDB-PR), Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso encabeçam essa lista, principalmente formada pelos peemedebistas de esquerda e centro-esquerda.

6 — Parlamentaristas monarquistas: é o mais exótico dos segmentos, sobretudo por possuir um único mas ativo componente. Trata-se do deputado Cunha Bueno (PDS-SP).

Nessas seis classificações, em que se acomodariam sem problemas os 559 constituintes, o certo é que todos consideram-se ou presidencialistas convictos ou parlamentaristas mais ou menos ortodoxos, já que as duas qualificações possuem uma transparência que lhes tira qualquer interesse secundário ou não confessado.

Pesquisa do líder Luiz Henrique dá vantagem a regime parlamentar

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Florianópolis

Pesquisa que está sendo conduzida pelo líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique da Silveira (SC), mostra que pouco mais de dois terços dos deputados peemedebistas são favoráveis ao parlamentarismo. Até o fim da tarde de ontem, Luiz Henrique já recebera 110 respostas aos questionários sobre o sistema de governo, que distribuiu aos seus liderados. E, desses, 71 querem o parlamentarismo, quatro um sistema misto (e, portanto, mais parlamentarista do que o presidencialismo "puro" hoje vigente) e apenas 35 votaram pelo presidencialismo.

Luiz Henrique diz que essa tendência (de dois votos pelo parlamentarismo em cada três) vem se mantendo

desde o início do recebimento dos questionários. "Quando haviam chegado quinze respostas, dez eram pelo parlamentarismo", afirma o líder peemedebista.

A posição da bancada do PMDB na Câmara é vital para uma definição sobre o sistema de governo: são 259 deputados, em um total de 559 constituintes (Luiz Henrique não está consultando os senadores do partido, que são 45).

Quando tiver todas as respostas em mãos, o líder levará o resultado ao presidente do partido, do Congresso constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, no bojo do mecanismo de negociação com as diferentes lideranças e correntes, inclusive o presidente da República — única forma de se chegar a uma definição constitucional mais sólida.

Righi apresenta emenda a favor do diploma

Das sucursais

O deputado Gastone Righi (PTB-SP), centro-direita, apresentou emenda ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, suprimindo o parágrafo que permitiria o exercício do Jornalismo a não portadores de diploma específico.

Em sua justificativa, o deputado afirma que com a supressão da obrigatoriedade do diploma os constituintes estariam se submetendo "aos interesses das empresas" e que ela responderia "a cassar (sic) os jornalistas".

Sindicalistas

O deputado Bernardo Cabral reuniu-se ontem em Brasília com o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Armando Rollemberg, e com presidentes dos sindicatos de nove Estados. Os sindicalistas pediram apoio para a emenda do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) que torna obrigatório o diploma para o exercício da profissão de jornalista. "Ainda estou estudando minha posição", disse Cabral.

Estudantes

Cerca de duzentos estudantes da Universidade Federal do Paraná (UF-PR) paralisaram ontem a partir das 10h30 o trânsito na avenida Marechal Deodoro (centro de Curitiba), protestando contra o fim da exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Anteontem, estudantes do curso de Comunicação Social da UFPR chegaram a entrar em choque com policiais militares.

Presidente da ABI quer manter o monopólio estatal

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), jornalista Barbosa Lima Sobrinho, 91, pediu ontem, na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, que os parlamentares aprovem na íntegra o artigo 234 do substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que assegura a manutenção do monopólio estatal do petróleo e impede a assinatura de contratos de riscos.

Barbosa Lima Sobrinho afirmou que o PMDB, partido majoritário no Congresso constituinte, reconheceria que os contratos de riscos são ilegais e indesejáveis, por infringirem o que determina a atual Constituição (artigo 169) e por se contraporem a lei nº 2.004, promulgada em 1953. Além disto, ele disse que o partido comprometeu-se, claramente, no item 18 do seu programa, a lutar pela manutenção do monopólio estatal do petróleo.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, admitir os contratos de riscos significaria que "a qualquer hora, poderemos ser informados que uma empresa estrangeira vai ficar com uma parcela considerável de um campo de petróleo gigante".

Deputada quer que o PT reveja decisão sobre sistema de governo

Das sucursais

A deputada Irma Passoni (PT-SP), esquerda, quer que o Diretório Nacional do partido rediscuta sua opção pelo sistema de governo presidencialista. Ontem, ela enviou carta com essa proposta para o deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP), presidente nacional do partido, e para a Executiva Nacional petista. "Não cabe o presidencialismo puro para um partido que se propõe de massa e socialista. Isso tem de ser revisto", disse Irma em Brasília, que defende um sistema parlamentarista com eleição direta para a Presidência da República.

No início deste ano, um encontro extraordinário do partido aprovou a opção pelo sistema presidencialista por uma margem de votos "muito apertada", segundo Irma. Votaram pelo parlamentarismo, entre outros, Lula e o deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP). A lista dos petistas parlamentaristas inclui, ainda, os deputados Olivio Dutra e Paulo Paim, ambos do Rio Grande do Sul. "Seria uma chance histórica para os parlamentares mudarem o regime

de governo", afirmou a deputada, que pretende conversar com os outros quinze deputados da bancada petista. Mesmo contando com oposição dentro do PT, Irma espera discutir a opção pelo sistema de governo na próxima reunião do Diretório Nacional, que está marcada para o final deste mês. Irma disse que a escolha do presidencialismo foi "pouco discutida" e que o atual debate dentro do Congresso constituinte reacendeu sua "inquietação". Para que os oitenta integrantes do Diretório Nacional rediscutam a decisão, a Executiva tem de aprovar o pedido de Irma.

Lula e Genoino

Se depender da oposição do deputado José Genoino (SP), a proposta será arquivada. Ele defende o presidencialismo. "O parlamentarismo desqualifica a proposta de eleições diretas." Para Lula —ouvido ontem, às 20h, durante o comício pela antecipação das eleições presidenciais realizado em Belo Horizonte—, a Executiva do PT vai discutir o assunto, cabendo, porém, ao Diretório a decisão final.

Arinos convida Cardoso Alves a aceitar a reforma agrária

Da Sucursal de Brasília

O senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, foi ontem um dos defensores da aprovação de dispositivos constitucionais que garantam a reforma agrária no país. Arinos afirmou em reunião da Comissão de Sistematização que a reforma agrária não é só um problema do campo, mas "da cidade, cujo inchaço está tornando insuportável a vida". Ele convidou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), centro-direita, a quem classificou de ser "o representante da ala mais conservadora" do Congresso constituinte, a aceitar a negociação em torno da questão.

"Ele não repele a negociação", disse Afonso Arinos referindo-se ao deputado paulista. Cardoso Alves afirmou não acreditar na reforma agrária, mas disse ser um homem "suficientemente generoso para discutir a matéria". Insistindo em chamar o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, de "deputado", Cardoso Alves disse que estava aberto o entendimento.

Covas também falou em favor da reforma agrária e observou que "talvez este seja o primeiro instante em que eu diga que estou aqui para falar em nome do PMDB". Ele afirmou que na Convenção Nacional do PMDB, realizada em julho, duas questões foram definidas como absolutamente necessárias, pela maioria dos convencionais: a propriedade rural deve estar associada ao cumprimento da função social, e a necessidade de se abreviar o processo pelo qual se alcance este objetivo político, anunciado como vontade política da nação, com a imissão imediata na posse.

Os constituintes só falaram após exposição do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva. Segundo José Francisco, o plenário vazio, durante as sessões públicas de defesa das emendas populares, revela a despreocupação dos constituintes com a mobilização popular empenhada em assegurar avanços sociais na futura Constituição.